

JACINTHA CLOTILDES: DE ESCRAVIZADA À “SINHÁ PRETA”

■ PETRÔNIO DOMINGUES

<https://orcid.org/0000-0002-0116-5064>

Universidade Federal de Sergipe

■ HIAGO FEITOSA DA SILVA

<https://orcid.org/0000-0002-2621-1178>

Universidade Federal de Sergipe

RESUMO

A finalidade deste artigo é reconstituir aspectos da trajetória de Jacintha Clotildes do Amor Divino, uma liberta de Sergipe da primeira metade do século XIX, que se casou com um padre, ascendeu socialmente e, após a morte do marido, tornou-se administradora de um engenho e proprietária de escravizados. A partir daí, o artigo problematiza como essa liberta vem sendo celebrada nos domínios da memória por parte de militantes políticos e setores dos movimentos sociais de Sergipe, os quais a elevaram ao patamar de primeira heroína negra na história do estado.

Palavras-chave: mulher negra. Escravidão. Liberdade. Raça. Memória.

ABSTRACT

JACINTHA CLOTILDES: FROM ENSLAVED TO “BLACK MISTRESS”

The purpose of this article is to reconstitute aspects of the trajectory of Jacintha Clotildes do Amor Divino, a liberated Sergipe from the first half of the 19th century, who married a priest, ascended socially and, after her husband's death, became the administrator of a mill and owner of slaves. From then on, the article problematizes how this liberation has been celebrated in the domains of memory by political militants and sectors of Sergipe's social movements, which elevated her to the level of the first black heroine in the history of the state.

Keywords: black woman. Slavery. Freedom. Race. Memory.

RESUMEN

JACINTHA CLOTILDES: DE ESCLAVA A “NEGRA SINHAH”

El propósito de este artículo es reconstituir aspectos de la trayectoria de Jacintha Clotildes do Amor Divino, una liberada de Sergipe de la primera mitad del siglo XIX, que se casó con un sacerdote, ascendió socialmente y, tras la muerte de su marido, se convirtió en

administradora de un molino y propietaria de esclavos. A partir de ahí, el artículo problematiza cómo esta liberación ha sido celebrada en los dominios de la memoria por militantes políticos y sectores de los movimientos sociales de Sergipe, que la elevaron al nivel de la primera heroína negra de la historia del Estado.

Palabras clave: mujer negra. Esclavitud. Libertad. Raza. Memoria.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo (BENJAMIN, 1994, p. 224).

Sábado, 25 de novembro de 1995. O jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, publicou uma matéria da jornalista Angela Cunha, que contava a história extraordinária de uma ex-escravizada que fora casada com um padre. Na sugestiva ilustração da matéria, a imagem de uma mulher negra aparecia trajada com vestido de noiva branco de mãos dadas com um padre usando hábito religioso. Nas mãos dela, havia um buquê e os noivos estão rodeados de flores.¹ A mulher em questão se chamava Jacintha Clotildes do Amor Divino. Viveu na Vila de Estância, no extremo sul da Província de Sergipe, em meados do século XIX.

A história dela é geralmente contada como o caso de uma ex-escravizada, casada com um padre e senhor de engenho – o cônego Antônio Luiz de Azevedo. Quando não, é comum se fazer alusão ao filho “ilustre” do casal – Francisco Camerino –, que é enaltecido como “herói” da Guerra do Paraguai por ter servido como “voluntário paisano”, já que teria sempre se recusado a receber o soldo e morreu lutando “bravamente” em favor da nação. Nas narrativas sobre Camerino, predomina o “silêncio da cor” (DEODATO, 1917; GUARANÁ, 1925). É digno de nota, inclusive, o verbete que o polígrafo Nei Lopes escreveu sobre ele: “Era filho do cônego Antônio Luís d’Azevedo, senhor de enge-

nho falecido em 1848 e de Jacintha Clotildes do Amor Divino, ex-escrava reconhecida como esposa e tomada grande proprietária com o falecimento do cônego” (LOPES, 2015, p. 69).

Jacintha é geralmente apresentada somente como mãe de Francisco Camerino, sem menções à origem racial da ex-escravizada. Nos poucos escritos encontrados sobre ela, a imagem que fica é próxima àquela cristalizada pela reportagem do jornal. Ao iniciar esta pesquisa, o nome de Jacintha Clotildes estava envolto em uma série de predicativos, desde “mulher do padre”, “senhora de engenho” à “mãe do herói”. Adicionamos a isso os termos alusivos à sua experiência no cativeiro, sendo mencionada, ora como “escrava”, ora “ex-escrava” e “filha de escravos”. A esse respeito, Francisco Antônio Dória, seu tataraneto, afirma que Jacintha “deveria ser negra ou mulata, provavelmente modesta, filha de escravos ou de recém-libertos”.²

O trabalho de salvaguarda e valorização da memória de Jacintha Clotildes começou a ser realizado em Sergipe sobretudo pelo ator, escritor e ativista afro-sergipano Severo D’Acelino que, pioneiramente, passou a divulgar e celebrar no meio acadêmico, popular e político o nome dessa ex-escravizada. No seu livro de “revisitação à ancestralidade afro-sergipana”, D’Acelino define Jacintha Clotildes como uma “guerreira”, quando não uma “quilombola”, com “acentuado espírito de liderança”; uma “líder da gleba em constante relação com seus irmãos negros, os trabalhadores do Engenho, os índios

¹ “Estado civil: mulher do padre”. *O Globo*. Rio de Janeiro, 25/11/1995, Caderno Ela, p. 8.

² “Estado civil: mulher do padre”. *O Globo*. Rio de Janeiro, 25/11/1995, Caderno Ela, p. 8.

tupinambás” e “ciganos que se homiziavam nas terras do Engenho Palmeira, e contavam com sua discricção e atenção”. Em momento de maior exaltação, D’Acelino postula que era no “Palmeira” que a guerreira “se agigantava expressando sua força e resistência na luta contra o escravismo sem se preocupar com sua situação”, dando a entender que Jacintha Clotildes, além de “quilombola”, teria desfraldado a bandeira do abolicionismo. Sua “ação inovadora e revolucionária” teria se cristalizado no “universo coletivo, da resistência negra libertária”. Curiosamente, D’Acelino não revela as fontes que lhe permitiram tecer tais arazoados. Ainda assim, o ator, escritor e ativista do movimento negro conclui que Jacintha Clotildes era um “símbolo de resistência e igualdade racial” ou, antes, um “signo [...] dos oprimidos em luta libertária” (D’ACELINO, 2019, p. 205-210).

No contexto político sergipano, foi graças à interpretação laudatória de D’Acelino que a virtual “quilombola libertária” foi elevada e reconhecida como uma heroína afro-sergipana, o que levou a Assembleia Legislativa de Sergipe a aprovar por unanimidade o Projeto de Resolução nº 18/2018, que criou a Comenda Jacintha Clotilde do Amor Divino, como parte das comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra. Trata-se de homenagear personalidades femininas que desenvolveram contribuição relevante à promoção da cultura afro-brasileira em Sergipe.³

O projeto da Comenda foi de autoria da deputada estadual Ana Lúcia Vieira Menezes do Partido dos Trabalhadores (PT), para quem Jacintha Clotilde foi um exemplo de empoderamento da mulher escrava e negra na sociedade oitocentista, que assediada pelo seu senhor, constituiu uma família em espaço adverso e acabou se tornando esposa, mãe, senhora de engenho, administradora e importante li-

3 Ver: <https://al.se.leg.br/alese-entrega-comendas-jacinta-clotilde-e-abdias-nascimento/>. Acesso em: 17 jan. 2021.

derança: “Jacintha teve uma relação de liderança com relação aos irmãos negros, índios tupinambás e ciganos que trabalhavam nas terras do Engenho Palmeira”, servindo “como exemplo de rompimento com o modelo da família patriarcal baseada nas relações social e racial”, ponderava a deputada.⁴

Mas, afinal de contas, quem foi de fato essa mulher negra que teria liderado os “oprimidos em luta libertária”? A busca por essa resposta nos motivou a fazer uma investigação se valendo do método da pesquisa histórica e não do discurso politizado da memória. O objetivo aqui é reconstruir aspectos da trajetória dessa liberta à luz do que encontramos nos documentos de época. A partir daí, é possível afirmar que há um descompasso entre a produção acadêmico-científica e a apropriação politizada da memória em torno das imagens e representações que são veiculadas, atualmente, acerca da suposta primeira heroína afro-sergipana?

Administradora do engenho e tutora dos menores

O carro-chefe desta pesquisa é a leitura minuciosa de dois inventários, a partir dos quais tentamos remontar o quebra-cabeça que envolve a vida de Jacintha Clotildes, quebra-cabeça cujas peças, infelizmente, estão incompletas. O primeiro inventário analisado foi o do cônego Antônio Luiz de Azevedo. Em seu obituário, publicado no *Correio Sergipense*, em 4 de março de 1848, o cônego é reportado como uma das pessoas notáveis da Vila de Estância, “membro da assembleia legislativa provincial na legislatura a entrar em 3 de maio – o sr. Antonio Luiz passava como um dos bons oradores sagrados e tão bem advogado”.⁵

Cabe aqui uma contextualização histórica

4 Ver: <https://al.se.leg.br/dia-da-consciencia-negra-sera-lembrado-na-alese-com-comenda-jacinta-clotilde/>. Acesso em: 17 jan. 2021.

5 *Correio Sergipense* – Folha Oficial, Política, e Litteraria. Aracaju, n. 18, 04/03/1849, p. 4.

de Estância, que nasceu como uma povoação vinculada à Vila de Santa Luzia. A partir do século XVIII, ela deu sinais de prosperidade, todavia, foi no século seguinte que se projetou como um centro econômico e cultural da Província de Sergipe. De acordo com o recenseamento populacional, elaborado pelo vigário Miguel Teixeira de Araújo em 1825, a Vila de Santa Luzia e a povoação de Estância reuniam uma população de 2.109 pessoas brancas, 3.556 pardas (livres ou libertas), 116 indígenas e 910 pretas (livres ou libertas). A população escravizada seria de 6.303 pessoas, sendo 2.202 pardas e 4.101 pretas. Do ponto de vista dos grupos econômicos, Santa Luzia e Estância estavam subdivididas entre “ricos”, remediados” e, principalmente, “pobres”. Segundo Luiz Mott, não havia, no recenseamento do vigário, nenhum “preto” ou “índio” elencado no grupo dos ricos e apenas um pardo; “ser rico era quase sinônimo de ser branco”. Era, aliás, entre os ricos que devia estar “grande parte dos 87 negociantes residentes na vila e povoação” (MOTT, 1986, p. 101).

Em 1831, a povoação de Estância tornou-se Vila, entretanto, permaneceu coligada à Santa Luzia. Ao longo da primeira metade do século XIX, a Vila de Estância floresceu no cenário viçoso da Província em decorrência do desenvolvimento, tanto da economia agroexportadora de açúcar, quanto das atividades comerciais. Isso a levou a se transformar em um polo de atração da região sul de Sergipe, local para onde migravam pessoas de diversas partes da província em busca do sonho de construir fortunas (SILVA, 2005, p. 48). A Vila de Estância contava na época com 706 prédios urbanos que pagavam a décima imperial, enquanto a Vila de Santa Luzia, a qual estava subordinada, possuía apenas 91. Essa situação colaborou para que, em 4 de maio de 1848, portanto, no ano de falecimento de Antônio Luiz de Azevedo, Estância tivesse sido elevada à categoria de cidade (SILVA, 2005, p. 47).

Quando chegou à cidade de Estância em 19 de janeiro de 1860, em sua excursão pelas Províncias do Norte, D. Pedro II foi recebido por um público numeroso, no qual estavam autoridades civis, militares, religiosas e políticas, além de indígenas, provenientes da chapada do Geru. O imperador e a Imperatriz Teresa Cristina foram homenageados e tiveram a oportunidade de conhecer, em três dias, logradouros, a Praça Matriz, a ponte da cachoeira, os dois cemitérios, sendo um ainda em construção; as igrejas do Bonfim, do Amparo, do Rosário; a cadeia pública, o quartel, o internato, a Câmara Municipal, escolas e outros pontos de visita da cidade, sempre acompanhados pelas autoridades locais. D. Pedro II teria ficado encantado com Estância, particularmente com o conjunto de flora, fauna, hidrografia e clima ameno, por isso a chamou de “Jardim de Sergipe” (DIÁRIO DO IMPERADOR D. PEDRO II, 1961-1965).

Depois dessa breve contextualização histórica da cidade de Estância, voltemos ao inventário de Antônio Luiz de Azevedo. Em um processo judicial extenso, com cerca de 620 páginas, uma das coisas que mais chama a atenção é o fato desse padre ser casado⁶, tendo em vista que a quebra do celibato clerical era considerado pela Igreja Católica uma falta grave. Como assevera Pollyanna Mendonça, os “clérigos eram proibidos de contrair matrimônio”, de modo que as “uniões que viessem a manter, desrespeitando seu voto de castidade, estariam fadadas à ilegitimidade” (MENDONÇA, 2007, p. 106).

Daí os concubinatos “de portas adentro”, que originavam a formação das ditas “famílias sacrílegas”. Essas relações heterodoxas produziram o formato de vida conjugal comum envolvendo padres. Eram relações públicas, as quais em algumas situações desdobravam-se na criação de filhos, porém sem a oficialidade do casamento (MENDONÇA, 2007). No que con-

6 Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe (AGJSE), Cartório de Estância, cx. 39/524, 15/03/1848. Inventariado: Cônego Antônio Luiz de Azevedo.

cerne a esta pesquisa, podemos definir a configuração conjugal de Antônio Luiz de Azevedo e Jacintha Clotildes como típica de uma família sacrílega, mas com uma ressalva: como esta é qualificada como esposa no inventário do marido, não fica caracterizado o concubinato vezeiro. Seja como for, o casal desfrutava não só da estabilidade do relacionamento, como também de uma conjugalidade reconhecida pela comunidade, que identificava a relação como “vivendo como marido e mulher”.

A relação marital de Antônio Luiz de Azevedo e Jacintha Clotildes também propendia a destoar da tradicional por envolver um homem branco e uma mulher negra no seio de uma sociedade escravista. De acordo com Luiz Mott, naquele período, pelo menos em Sergipe, “muitos brancos preferiam morrer solteiros, do que unir-se sacramentalmente a uma mulher de cor” (MOTT, 1989, p. 32). Isso significa que a maioria dos enlaces inter-raciais não sacramentados pelo matrimônio ocorria sob a forma de amancebamento.

Jacintha Clotildes consta no inventário do cônego como “esposa”, condição que a distinguia da maior parte dos casos estudados no Brasil, durante a Colônia e o Império, de uniões amorosas envolvendo, quer padres, quer senhores e mulheres escravizadas ou ex-escravizadas. Mas esse estado civil não era registrado oficialmente, pois Jacintha não recebeu o sobrenome de casada – Azevedo. Ao que parece, ela era uma liberta, nascida em 1811⁷. Quando cativa, teria pertencido ao plantel do pai do cônego. No tocante ao fenótipo, é provável que Jacintha – pelas características fisionômicas de alguns descendentes, como o filho “ilustre” Francisco Camerino – era uma mulher negra de pele não retinta ou nos termos da época: uma

“mulata” ou “parda”. Conforme avalia Mott, quando o assunto é “ex-cativos” da Província de Sergipe, não só em termos absolutos, “notamos a predominância de libertos pardos, como também se atentarmos para o número de escravos de cada grupo, concluiremos que os pardos se libertavam ou eram libertados com muito maior frequência” (MOTT, 1986, p. 36).

Em sua tese de doutorado sobre escravidão, família e relações de gênero na Bahia entre 1780 e 1830, Adriana Dantas Reis opera com a ideia de “mulheres negras por cima”, ideia que aponta para uma inversão dos referenciais das políticas de gênero do Brasil escravista, que relacionavam o binômio superior/poder dos homens ao inferior/dominado das mulheres: “paradoxalmente, as mulheres negras que podem ser vistas como o mais alto grau de inferioridade aparecem ‘por cima’, revertendo suas supostas insignificâncias políticas em poderes e formas de sobrevivência eficaz” (REIS, 2010, p. 5). A historiadora demonstra casos de mulheres escravizadas ou libertas que romperam a esfera da dominação mediante relações amorosas com os senhores, condição que abriu possibilidades de ascensão social para si e sua prole. Jacintha Clotildes se encaixaria nessa ideia de uma mulher negra “por cima”, de acordo com algumas características de sua experiência de vida: a durabilidade do relacionamento com o cônego, o seu virtual reconhecimento como esposa, a constituição de uma família e o seu mandato, após a morte do marido, como tutora dos bens dos herdeiros (algo raro para mulheres, principalmente as de cor).

No que tange aos bens do Pe. Luiz Antônio de Azevedo, este possuía uma fortuna de 42:815\$245 réis. À luz de seu inventário, ele era proprietário: do Engenho Palmeira; de casas de taipa e telha na Rua do Rosário; de gado e animais; de uma biblioteca; e da posse de 20 escravizados⁸, uma quantidade

7 Informação extraída dos registros genealógicos do sítio *My Heritage*. Convém fazer uma observação: como o sítio *My Heritage* não disponibiliza a certidão de batismo de Jacintha, consideramos o nascimento, em 1811, uma data presumível. Certidão de batismo pesquisada nos registros genealógicos do sítio *Family Search*.

8 AGJSE, Cartório de Estância, cx. 39/524, 15/03/1848. Inventariado: Cônego Antônio Luiz de Azevedo.

considerável para a Província de Sergipe na época. A partir dos dados elencados dos escravizados, foi possível produzir a seguinte tabela:

Tabela 1- Relação de escravizados no inventário do cônego Luiz Antônio de Azevedo

| NOME | IDADE | ORIGEM | PREÇO | ESTADO FÍSICO |
|----------------------|------------|-----------|--------------|---------------|
| Manoel | 40 anos | Angola | 460 mil réis | Não consta |
| Mileto | 32 anos | De Futuro | 300 mil réis | Braço cortado |
| Gregório | 36 anos | Angola | 460 mil réis | Não consta |
| Boaventura | 24 anos | Angola | 550 mil réis | Não consta |
| José | Não consta | Angola | 600 mil réis | Não consta |
| Tito | 22 anos | Angola | 500 mil réis | Não consta |
| Josué | 40 anos | Angola | 500 mil réis | Não consta |
| Manoel | 4 anos | Crioulo | 200 mil réis | Não consta |
| Luiz | 18 anos | Cabra | 600 mil réis | Não consta |
| Cândido | 14 anos | Crioulo | 450 mil réis | Não consta |
| Luciano | 14 anos | Crioulo | 420 mil réis | Não consta |
| Joaquim 'escravinho' | 1 ano | Cabra | 180 mil réis | Fugido |
| Thereza | 22 anos | Cabra | 550 mil réis | Fugida |
| Eusébio | 1 ano | Cabra | 180 mil réis | Não consta |
| Romam | 4 anos | Mulato | 18 mil réis | Não consta |
| Joaquim | 22 anos | Angola | 500 mil réis | Não consta |
| Leocadia | 36 anos | Angola | 500 mil réis | Não consta |
| Eduardo | 36 anos | Angola | 600 mil réis | Não consta |
| Luciana | 28 anos | Cabra | 550 mil réis | Não consta |
| Luísa 'crioulinha' | 2 meses | Crioula | 50 mil réis | Não consta |

Fonte: produzida a partir do inventário Cx. 39/524. 15/03/1848.

Dessa tabela, chama a atenção o número de africanos, a idade dos escravizados, a predominância masculina no plantel, a fuga de uma mulher e um bebê – provavelmente mãe e filho – e o registro de um indivíduo de “braço cortado”. Esses dados talvez sejam importantes para pesquisas futuras.

O inventário de Luiz Antônio de Azevedo trazia a nominata e a idade de seus filhos com Jacintha Clotildes: Turíbia Cassimira de Azevedo

(com cerca de 20 anos); Felicidade Cezismanda de Azevedo (14); Antônio Cassimiro de Azevedo (10); Frederico Cassimiro de Azevedo (8); e Francisco Camerino de Azevedo (6). Desses filhos, os escolhidos como herdeiros foram Felicidade, Antônio e Frederico. Com exceção do engenheiro, que foi partilhado pelos filhos homens, o conjunto dos bens, que incluía as casas e os escravizados, foi dividido entre os três herdeiros, com cada qual recebendo cerca de 14:295\$248

réis⁹. Vale ressaltar que à Jacintha Clotildes não foi destinado nenhum bem *post-mortem*.

No entanto, o inventário permite inferir que ela exerceu um papel notarial estratégico, na medida em que lhe foi delegado o encargo de “administradora do Engenho Palmeira e tutora dos menores” ou, mais especificamente, de “tutora dos menores Antônio e Frederico”. O inventário contém muitos recibos de dívidas do cônego, que foram pagas pela viúva, e uma série de requerimentos e procurações, das quais algumas trazem a assinatura da própria Jacintha¹⁰, indicando que ela era uma mulher alfabetizada e, quiçá, até mesmo dominava os códigos do letramento. Alberto Deodato assinala a preocupação que Jacintha tinha com a educação dos filhos (DEODATO, 1917, p. 3), uma vez que respondia legalmente pelos menores. Daí talvez a ênfase que tem a biblioteca do cônego listada nos bens do inventário.

Aliás, a partir do inventário, pode-se observar que houve contestação da tutoria dos herdeiros, por parte da família do cônego, que recorreu à Justiça, sob a alegação de que Jacintha teria recebido o mandato de uma “tutoria para a qual foi ilegalmente nominada”. Ao ser convocada à primeira audiência da Mesa Provincial, Jacintha refutou a acusação, demonstrando ter sido legalmente constituída “administradora [do Engenho Palmeira] e tutora [dos menores]”¹¹.

Para além da contestação da tutoria por parte dos familiares do cônego, houve o questionamento da transmissão do patrimônio, em especial, as casas da Rua do Rosário, na região central da cidade de Estância. No inventário, há um registro de Dona Ana Francisca de Souza (mãe do cônego Antônio Luiz de Azevedo), no qual ela evoca a necessidade da desocupação

dos bens doados. Já em outro momento do inventário, o padre José Luiz de Azevedo (irmão de Antônio Luiz de Azevedo) peticiona “a parte da sua porção hereditária das casas”¹². Percebe-se, assim, como os bens de raiz foram os principais objetos de litígio entre os familiares do cônego e a sua inventariante. Em virtude disso, houve uma pesquisa específica com relação aos familiares do cônego.

Foi consultado notadamente o inventário do seu pai, o tenente coronel Antônio Luiz de Azevedo, que morreu em 1846 e deixou como inventariante sua esposa, D. Anna Francisca de Souza. Os filhos do casal eram: o cônego Antônio Luiz de Azevedo, o padre José Luiz de Azevedo, Igenes de Castro e Azevedo, Joana Baptista d’Azevedo, Francisco Luiz de Azevedo, Antônio Luiz de Azevedo Junior, Maria de Azevedo e Manoel Luiz de Azevedo¹³. Dentre os bens arrolados no inventário do patriarca, consta a posse de 44 escravizados e casas que, segundo Luiz Fernando Soutelo (2017, p. 63), foram destinadas ao cônego Antônio Luiz de Azevedo. Esse autor menciona uma dívida que Jacintha Clotildes tinha com o seu sogro, no valor de 176\$460 réis, que foi paga pelo cônego (SOUTELO, 2017, p. 63). Provavelmente, essa dívida estava relacionada ao valor de sua carta de alforria. Será então que Jacintha protagonizou um relacionamento amoroso com Luiz de Azevedo com a intenção de quitar a dívida contraída para obter a liberdade, desvencilhando-se, de vez, do fantasma do cativo?

Se tal plano de Jacintha for confirmado, está em consonância com o que a historiografia recente tem argumentado: a aceitação ou a procura por parte de mulheres escravizadas em estabelecer relacionamentos afetivos ou sexuais com senhores ou parentes deles para se verem livres, e a seus filhos do cativo.

9 AGJSE, Cartório de Estância, cx. 39/524, 15/03/1848. Inventariado: Cônego Antônio Luiz de Azevedo.

10 AGJSE, Cartório de Estância, cx. 39/524, 15/03/1848. Inventariado: Cônego Antônio Luiz de Azevedo.

11 AGJSE, Cartório de Estância, cx. 39/524, 15/03/1848. Inventariado: Cônego Antônio Luiz de Azevedo.

12 AGJSE, Cartório de Estância, cx. 39/524, 15/03/1848. Inventariado: Cônego Antônio Luiz de Azevedo.

13 AGJSE, Cartório de Estância, cx. 35/520, 07/02/1846. Inventariado: Tenente Coronel Antônio Luiz de Azevedo.

“Sem dúvida este foi um recurso que pode ter sido utilizado por muitas mulheres”, afirma Sheila de Castro Faria, “embora nunca saibamos a proporção das que viram realizados seus intentos. Não é o caso de discutir, aqui, se o relacionamento sexual foi imposto ou escolhido pelas escravas”. Provavelmente “os dois casos ocorreram. Mas, sem dúvida, muitas viram seu infortúnio ou estratégia recompensados pela conquista da liberdade” (FARIA, 2000, p. 11).

Não deve ter sido fácil para Jachinta administrar o Engenho Palmeira, especialmente depois que o *Correio Sergipense*, do dia 13 de março de 1850, noticiou o assassinato de Antônio Rodrigues de Souza nas dependências daquela propriedade rural. A vítima – que era casada com Felicidade Cezismanda de Azevedo (filha de Jachinta) e auxiliava a sogra a cuidar dos negócios – foi alvejada por “hum tiro disparado para dentro de sua casa no Engenho Palmeira, as 9 horas da noite, do dia antecedente, por hum individuo de nome Domingos Badia”.¹⁴ No seu livro *Sergipe Provincial II (1840 – 1889)*, Maria Thetis Nunes insere o assassinato de Antônio Rodrigues de Souza como parte dos “crimes decorrentes das rivalidades entre os potentados rurais” de Sergipe (NUNES, 2006, p. 117). Ou seja, a reputada historiadora considera que o Engenho Palmeira era um verdadeiro “potentado”.

Administrar esse potentado, em meio às leis e aos costumes de uma sociedade escravista e patriarcal, foi um grande desafio para Jachinta. Isso porque – como assinala Valéria Gomes Costa, que pesquisou a trajetória das africanas libertas Mônica da Costa e Teresa de Jesus na cidade do Recife em meados do século XIX – “os assuntos econômicos, burocráticos e judiciais eram de atribuição masculina, enquanto as funções domésticas eram de responsabilidade das mulheres” (COSTA, 2012,

p. 101). Assim, há de se imaginar o incomodo que Jachinta causou na sociedade sergipana oitocentista por desempenhar atribuições de destaque no espaço público, na medida em que assumiu uma situação de renda, prestígio e poder. Afora uma administradora, Jacintha também se tornou uma “Sinhá” – proprietária de casas e escravizados.

Estratégias de uma negra de posses

É relativamente recente os estudos sobre as alforriadas, fossem as oriundas da África ou nascidas no Brasil. Vários indícios demonstram que as negras libertas tinham condições sociais e econômicas diferenciadas que as levaram a ocupar um lugar de destaque na economia do período escravista, pelo menos é que vem sendo detectado pela historiografia coeva. Segundo Sheila de Castro Faria, as mulheres forras exerceram uma variada gama de atividades que permitiram acumular patrimônio. Muitas, não a maioria, tiveram seus nomes inscritos entre os que mais deixaram bens. Puderam usufruir de algum capital simbólico. Enriqueceram, foram donas de escravos, apresentaram-se “ataviadas e cheias de joias nas pequenas e grandes cidades do Brasil escravista”. As libertas, em vários locais e períodos, eram um grupo relativamente favorecido em termos de “fortuna”, ou seja, detiveram condições favoráveis para possuir bens no período escravista, perdendo somente para o grupo dos homens “brancos” ou tidos como tal (FARIA, 2000, p. 86).

As mulheres negras se destacaram no comércio – notadamente urbano, ambulante, a varejo, de alimentos e pequenos objetos –, uma ocupação por meio da qual muitas conseguiram pagar a sua alforria e até mesmo ameaçar patrimônio, a exemplo da africana mina Emília Soares do Patrocínio, no Rio de Janeiro

¹⁴ *Correio Sergipense – Folha Oficial, Política, e Litteraria*. Aracaju, n. 20, 13/03/1850, p. 4.

durante o século XIX (FARIAS, 2012). Contudo, não só do comércio viveram essas mulheres, como veremos no caso de Jacintha Clotildes do Amor Divino. Seja como for, ao se destacarem exercendo múltiplas atividades rentáveis, as escravizadas acumulavam pecúlio e se valiam de vários expedientes para lograrem realizar a compra da carta de alforria. Já na condição de libertas, não raramente investiam em certos tipos de propriedades. O investimento em escravizados foi um dos mais expressivos e visíveis. Afinal, era uma maneira das manumitidas ascenderem socialmente, conquistarem uma posição de mando e *status* na sociedade escravista. Para “desagrado de muitos brancos, mulheres e homens alforriados (negros ou mestiços) também se tornavam senhores e, muitas vezes, compartilhavam suas visões de mundo” (FARIAS, 2012, p. 228-229).

Isso, adverte Sheila Faria, chocava a algumas pessoas na época e, mesmo, a analistas nos dias atuais, o fato de que ex-escravizados, quando possível, compravam escravizados. Pelos “inventários e testamentos dos forros, percebe-se que a aquisição de escravos era comum, sendo um bem presente com muita constância entre os que acumularam pecúlio” (FARIA, 2000, p. 309). Esse foi o caso de Jacintha Clotildes. Quando faleceu no ano de 1861, a forra deixou bens, daí a necessidade de fazer inventário para proceder a partilha e formalizar a transmissão desses bens aos herdeiros. Seu inventário é o segundo pilar a sustentar esta perscrutação.

Jacintha deixou como inventariante o genro Manoel Mendes da Costa Dória – o segundo marido de Felicidade Cezismanda de Azevedo – e como herdeiros apenas duas pessoas: os filhos mais novos Mariana Clotildes do Amor Divino e Francisco Camerino de Azevedo. Na divisão do patrimônio de Jacintha, feita por meio de uma escritura, constam como bens herdados por Mariana Clotildes: duas escravizadas (Constan-

ça com quarenta anos, no valor de 600 mil réis, e Libassia com dez anos, no valor de 800 mil réis), além de casas na Rua do Bôm Gosto. Já Francisco Camerino herdou a escravizada Maria Cyriaca, no valor de 600 mil réis¹⁵.

A posse de escravizados era um indicativo de padrão de renda, honorabilidade e prestígio social. Afinal, a aquisição de um escravizado não era algo fácil, demandava investimentos significativos, quer de ordem econômica, quer de ordem pessoal. A grande maioria da população economicamente ativa da sociedade escravista não tinha condições de ter nem mesmo um. Por esse critério, Jacintha – que se tornou a administradora dos 20 escravizados da herança do marido e que ela própria legou três cativos, sem contar os vários imóveis –, pode ser considerada uma liberta economicamente bem-sucedida, que se elevou surpreendentemente na escala social. Quando morreu, sua condição era de “sinhã” faustosa: uma proprietária de escravizados e vários bens de raiz¹⁶. Como alerta Sheila Faria, esse tipo de constatação não condiz com a imagem que os historiadores têm sobre as “mulheres negras e suas descendentes no período da escravidão. Elas teriam, necessariamente, de ser pobres. Ou, pelo menos, mais pobres do que as mulheres brancas” (FARIA, 2000, p. 84).

Mulher negra, elite branca

Uma questão que nos intrigou foi uma pequena nota publicada no *Correio Sergipense*, em 21 de setembro de 1850: “De caria de dia de aparecer no juízo municipal da cidade da Estancia, em que é appellante D. Jacintha Clotildes do Amor Divino, appellados Alves e Gomes: julgou-se deserta e não seguida a apelação”¹⁷. A partir

15 AGJSE, Cartório de Estância, cx. 59/545, 07/12/1861. Inventariada: Jacintha Clotildes do Amor Divino.

16 AGJSE, Cartório de Estância, cx. 59/545, 07/12/1861. Inventariada: Jacintha Clotildes do Amor Divino.

17 *Correio Sergipense – Folha Official, Politica, e Litteraria*. Aracaju, n. 72, 21/09/1850, p. 4.

dessa nota, entende-se que Jacintha recorreu à justiça, por meio de uma ação contra o “Alves e Gomes”, mas tal ação não foi reconhecida. Independentemente disso, a nota jornalista é uma pista para um aspecto histórico importante – o uso da via judicial por parte das mulheres negras no período escravista. Como demonstram as trajetórias da forra Liberata em Santa Catarina, pesquisada por Keila Grinberg (1994), e da escravizada Caetana no Rio de Janeiro, estudada por Sandra Graham (2005), recorrer às barras dos tribunais foi um recurso encontrado pelas mulheres negras para conquistarem a liberdade ou, antes, lutarem por prerrogativas entendidas como direitos e questionarem sua própria condição de subalternidade.

Outros aspectos da nota jornalística também despertaram a nossa atenção. O uso do pronome de tratamento “D. (dona)”, para se referir à Jacintha, reforça a ideia de que essa liberta estava inserida na elite da cidade de Estância, pois o termo era comumente utilizado para aludir às moças de posses (MENDONÇA, 2007, p. 96). Quanto aos vocábulos iniciais “Alves e Gomes”, parece se tratar do nome de um escritório de advocacia, a exemplo do “Oliveira & Irmão” (GRINBERG, 1994, p. 28), ou poderia ser o nome de uma das companhias baianas que negociavam com comerciantes da cidade

de Estância, como Manoel José Lopes da Silva & Sobrinho (SILVA, 2005, p. 119). Em sua pesquisa sobre os “homens de negócios na Estância oitocentista”, Sheyla Farias Silva (2005) verificou a existência de “inúmeras ações judiciais impetradas pelos negociantes baianos aos devedores estancianos” (SILVA, 2005, p. 122).

Não seria estranho supor que Jacintha Clotildes também atuava como negociante, diversificando seus investimentos no mercado imobiliário ou em atividades ligadas ao comércio, pois, como aponta Sheyla Silva, o “comércio, bem como o capital usurário possibilitou a participação feminina na economia estanciana, estas mulheres tornaram-se vendedoras ambulantes, donas de casas comerciais, grandes credoras, entre outras atividades ligadas ao comércio” (SILVA, 2005, p. 88).

Parte da nossa pesquisa foi dedicada a buscar o registro de batismo de Jacintha Clotildes e de outras pessoas que com ela se relacionaram. Nesse sentido, encontramos no portal de registros eclesiásticos, *Family Search*, o livro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora de Guadalupe, referente aos anos de 1834 a 1838. Dalí, identificamos seis batizados de escravizados do cônego Luiz Antônio de Azevedo, assim como dois batismos nos quais Jacintha se viu envolvida.

Tabela 2 - Batismos de escravizados do Pe. Luiz Antônio de Azevedo

| NOME | IDADE | ORIGEM | FILIAÇÃO | PADRINHOS | ANO |
|----------|---------|------------|------------|---|------|
| Faustina | Adulta | Angola | Não consta | Francisco Muniz dos Santos e Ana Josefa | 1836 |
| Miguel | 13 dias | Não consta | Gertrudes | José Nunes | 1837 |
| Maria | 1 mês | Não consta | Anna | José Nunes | 1837 |
| José | 3 dias | Não consta | Joaquina | José Nunes | 1837 |
| Vicente | Adulto | Africano | Não consta | José Joaquim | 1837 |
| Rosália | Adulta | Africana | Não consta | José Joaquim | 1837 |

Fonte: relação de batismos, p. 51, 34, 66, 27 e 70 (respectivamente).

Dessa tabela, apenas o escravizado José é um nome presente no inventário de Luiz Antônio de Azevedo; os outros cativos podem ter sido vendidos antes da morte do cônego. Por meio dos batismos, era possível estabelecer redes de sociabilidades – proteção, alianças e clientela – entre africanos e crioulos. Em sua pesquisa de doutorado acerca das nações africanas em Sergipe entre os anos de 1720 e 1835, Joceneide Cunha dos Santos situa a escolha dos padrinhos de africanos dentro das possibilidades admissíveis do contexto. “Saliento”, afirma a historiadora, “que não encontrei senhores apadrinhando seus escravos e poucos casos de parentes, pois o apadrinhamento era incompatível com a relação senhor e escravo” (SANTOS, 2014, p. 148). Isso explicaria não só a adoção de grande número de escravizados como padrinhos, como também o de libertos para apadrinhar os escravizados de origem africana. Afinal, os libertos possuíam maior potencial de mobilidade social e, a depender do seu padrão de renda, poderiam influenciar na conquista da alforria e/ou na busca de melhores condições de vida.

Quanto à Jacintha Clotildes, sua trajetória foi forjada a partir de uma identidade dupla: ao mesmo tempo em que era uma liberta, também assumiu a posição de “senhora” de engenho. E sua condição social, de uma mulher negra que passou pela experiência de mobilidade e inserção às camadas privilegiadas, refletiu-se nas suas escolhas para contrair relações de compadrio. Nos dois batismos envolvendo o nome de Jacintha, que foram coligidos nesta pesquisa, a liberta estabeleceu interações somente com pessoas livres, brancas, com sobrenomes importantes, o que indicaria seus anseios de integração aos estratos das elites.

Em 16 de abril de 1837, Jacintha Clotildes foi madrinha de João, filho de Joaquina Thereza de Jesus, que teve como padrinho João Ignácio de Azevedo. No mesmo dia, o filho de Jacintha,

Antônio Cassimiro de Azevedo, foi batizado e teve como padrinhos José Antônio do Socorro Juca e Dona Anna Joaquina de Vasconellos¹⁸. Chama a atenção o fato de não haver menção ao pai de Antônio, assim como o uso da expressão “natural de”, no que tange à mãe, em vez da “legítimo de”, como geralmente aparecia em batismos nos quais pai e mãe da criança eram citados. Ao que tudo indica, isso ocorreu porque Jacintha Clotildes era casada com um cônego. Conforme a historiografia tem revelado, quando os pais da criança tinham impedimentos, ou seja, eram homens casados ou padres, por exemplo, seus nomes não podiam estar nos registros, “pelos impedimentos das leis civis e eclesiásticas e civis” (REIS, 2010, p. 51-52).

A partir da tabela elaborada neste tópico, percebe-se que os escravizados foram batizados por pessoas negras (cativas ou libertas). Isso pode ser confirmado pela ausência do sobrenome, tanto das mães das crianças, quanto dos padrinhos (apenas um possui sobrenome). Já nos batizados nos quais Jacintha se viu envolvida, a relação se inverte: todas as pessoas têm sobrenome, o que, neste período, tende a significar uma melhor condição econômica e/ou *status social*¹⁹.

Um inventário interessante, encontrado no trabalho de pesquisa arquivística, é o de Thereza Maria da Conceição, uma mulher negra que faleceu em Estância em 1839 e deixou como inventariante Antônio Luiz de Azevedo, o marido de Jacintha. Sua ligação com o padre se consubstanciou por meio da doação de bens à igreja. Thereza Maria da Conceição era uma liberta, um dado biográfico que é confirmado pela própria em seu testamento: “Sou filha da finada Inocência Maria, escrava que foi de Basílio Teixeira, possui sua liberdade desde

18 Certidão de batismo pesquisada nos registros genealógicos do sítio *Family Search*.

19 Certidão de batismo pesquisada nos registros genealógicos do sítio *Family Search*.

a idade de desenove annos por ter obtido a minha liberdade de meo senhor, que foi o Sr. Manoel José d. Oliveira”²⁰.

As experiências de vida de Thereza Maria da Conceição e Jacintha Clotildes do Amor Divino permitem notar semelhanças e diferenças. Por exemplo, os sobrenomes de ambas, “Da Conceição” e “Do Amor Divino”, eram de devoção, dados ou adotados tradicionalmente por ex-escravizados que não possuíam sobrenome (PEREIRA, 2015). Por outro lado, se Thereza da Conceição se remeteu ao seu passado escravista, com menções à mãe, que provavelmente foi uma africana, Jacintha Clotildes não deixou rastros de seu passado como cativa ou de seus pais, ao menos nas fontes consultadas.

Porém, importa aqui é saber que, dentre os bens inventariados de Thereza Conceição, constavam objetos de cobre, ferramentas agrícolas, utensílios domésticos, mobiliários, casas (de telha e taipa) e três escravizados.²¹ Consistia, assim, em outra negra liberta de Sergipe que progrediu socialmente e adquiriu um padrão de vida elevado, distinguindo-se como proprietária de imóveis e escravizados. Seus investimentos, nesse sentido, assemelhavam-se aos de Jacintha, o que corrobora o argumento de que as “Sinhás Pretas” desenvolveram em alguns aspectos um comportamento comum, cujas raízes “localizavam-se além do Brasil”, ou seja, remetiam às práticas culturais de origem africana, principalmente para as mulheres provenientes da África ocidental (FARIA, 2001, p. 292).

Considerações finais

Estigmatizados pelo passado como cativos e considerados socialmente pessoas de qualidade inferior, os libertos formavam um grupo

relativamente pouco numeroso no Brasil colonial, todavia, no decorrer do século XIX, tais sujeitos e seus descendentes multiplicaram-se, constituindo-se numa parcela bastante representativa da “população de cor”.

Apesar disso, durante longo tempo, os historiadores negligenciaram a figura do liberto, razão pela qual pouco se conhecia sobre a sua vida depois da libertação do cativo. As pesquisas que tratavam desse grupo social o apreendiam pela chave da precariedade das condições materiais de existência. A pobreza caracterizaria suas vidas, seja antes ou depois da alforria. Nas últimas décadas, entretanto, a historiografia tem apresentado novos dados que permitiram rever as condições de vida desse grupo social. E, a partir dessa revisão, pode-se dizer que as mulheres libertas, particularmente, desempenharam um papel de destaque.

Algumas delas, mesmo sentindo na pele os estigmas decorrentes da experiência pretérita no cativo, obtinham condições sociais e econômicas especiais, que as tornavam detentoras de um poder econômico privilegiado. Fato é que as mulheres forras ocuparam um lugar diferenciado na economia do período escravista. Como vários trabalhos têm apontado, a posse de escravizados é um indicativo importante para inferir o grau de enriquecimento e de prestígio social das pessoas no Brasil, durante a Colônia e o Império. E algumas libertas tornaram-se proprietárias de escravizado, um bem valioso tanto simbólico como mercantilmente que, para adquirir, não era nada fácil. Juntar o necessário para se comprar pelo menos um demandava, para a esmagadora maioria da população, investimentos significativos.

As manumitidas, em vários lugares do Brasil, constituíam um grupo relativamente favorecido em termos de fortuna, que faziam testamentos ou tinham os seus inventários abertos, já que possuíam bens para tanto. Sheila Faria

20 AGJSE, Cartório de Estância, cx. 27/510, 11/04/1839. Inventariada: Thereza Maria da Conceição.

21 AGJSE, Cartório de Estância, cx. 27/510, 11/04/1839. Inventariada: Thereza Maria da Conceição.

chega a postular que os homens “brancos” e mulheres forras foram os grupos que detiveram as condições mais favoráveis de serem possuidores dos maiores conjuntos de bens no período escravista. “Evidentemente, nem todos os brancos e nem todas as forras tiveram o mesmo destino”, argumenta a historiadora, “mas era entre eles que poderiam ser encontradas as condições ideais de se situarem entre os mais enriquecidos, proporcionalmente” (FARIA, 2000, p. 86-87).

Dessa perspectiva, a trajetória de Jacintha Clotildes do Amor Divino – uma presumível cativa de Sergipe que conquistou a liberdade, casou-se com um padre, promoveu-se na hierarquia social e, após a morte do marido, com quem teria coabitado por mais de 20 anos, tornou-se administradora de um engenho e proprietária de escravizados – não deve ser vista como algo completamente extemporâneo. Como a historiografia recente tem evidenciado, os libertos, sobretudo as mulheres, chegaram a acumular bens e desempenhar diversas atividades profícuas e lucrativas no sistema escravista²².

Jacintha Clotildes investiu na compra de escravizados. Isso talvez fizesse parte de seu projeto de legitimação e ascensão social. “Liberar-se e tornar-se senhor ou senhora de

escravos talvez fosse necessário como afirmação da condição de livre e demonstração de poder”. Mas não era só por essa razão. A posse de escravizados, entre os libertos, também almejava acumular mais pecúlio com seu trabalho conjugado. Ao que tudo indica, “mesmo quando alforriados e enriquecidos, os libertos continuavam a exercer as atividades escolhidas” (FARIA, 2001, p. 311).

Diante de tudo que foi exposto, já reunimos elementos para responder a uma das questões motivadoras deste artigo. Atualmente, Jacintha Clotildes vem sendo celebrada por militantes políticos e setores dos movimentos sociais de Sergipe, os quais a elevaram ao patamar de primeira heroína negra na história do estado. As narrativas que são veiculadas sobre essa personagem – de uma aliada dos “trabalhadores do engenho”, “índios tupinambás” e “ciganos”; uma quilombola “símbolo de resistência e igualdade racial” ou, antes, um “signo [...] dos oprimidos em luta libertária” (D’ACELINO, 2019, p. 205) – são idealizadas, para não dizer um tanto quanto quixotescas, sem lastro nas fontes históricas. Não nos parece que a história de uma liberta, que se tornou “Sinhã”, proprietária de escravizados e compartilhou das práticas das elites, seja a mais apropriada para ser idolatrada como a de uma heroína negra e popular. Os discursos, que estão sendo colocados em circulação acerca dessa mulher negra, devem ser vistos como apropriações politizadas da memória, para a qual “os acontecimentos contam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem e que os enquadram” (BACZKO, 1995, p. 312; POLLAK, 1989;1992).

Ainda que a pesquisa acadêmico-científica não respalde os “feitos” e “proezas” de heroísmo de Jacintha Clotildes, essa liberta já se converteu num mito. E como argumenta José Murilo de Carvalho, a invenção do mito pode “dar-se contra a evidência documental”; o ima-

22 No entanto, a partir das experiências dessas mulheres negras, não é possível tecer generalizações. Quando os autores já tinham submetido à revista a versão final deste artigo, Antonio Risério publicou *As Sinhãs Pretas da Bahia: suas escravas, suas joias* (Rio de Janeiro: Topbooks, 2021), livro que suscitou polêmica sobre o assunto, embora apresentasse nenhuma originalidade quanto ao trabalho arquivístico de coleta de fontes históricas; trata-se, fundamentalmente, de uma compilação de dados e informações colhidas em outras pesquisas sobre o assunto. Risério enfatiza que as ex-escravizadas, que adquiriram cativos, não formavam um contingente insignificante da população baiana. E apesar de até reconhecer que as histórias contadas em seu livro foram insuficientes para “aplar as desigualdades sociais brasileiras”, deixa uma mensagem subliminar ao leitor: as experiências de “empreendedorismo” das sinhãs pretas, que ostentavam seus escravizados, imóveis e joias, não constituíam os limites do sistema normativo.

ginário social e político “pode interpretar evidências segundo mecanismos simbólicos que lhe são próprios e que não se enquadram necessariamente na retórica da narrativa histórica” (CARVALHO, 1990, p. 58). De qualquer forma, temos que admitir: os heróis e as heroínas são símbolos poderosos; encarnações de ideais e aspirações de identificação coletiva, enfim, são instrumentos eficazes para fazer a cabeça e tocar o coração das pessoas em vista da legitimação de projetos políticos dos grupos. Sua invenção, porém, não é arbitrária; não se faz no vazio social. Tem “que responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado” (CARVALHO, 1990, p. 55).

Ao estudar a trajetória de três mulheres negras – Augusta, Ubaldina e Domingas –, que viveram na Bahia ao longo da segunda metade do século XIX, quer na condição de escravizadas ou libertas, Isabel Cristina dos Reis concluiu que, apesar das suas estratégias e capacidade de superação dos obstáculos, essas mulheres estiveram sujeitas a toda sorte de violência, “advinda não apenas dos seus senhores. São histórias de mulheres fortes, muitas vezes generosas e solidárias que tiveram de enfrentar a desumanidade da escravidão e, ainda, o governo e a opressão dos homens” (REIS, 2010, p. 183).

Isabel dos Reis tem razão. As mulheres negras nem sempre foram tratadas com dignidade na sociedade escravista brasileira – reconhecidamente hierárquica, patriarcal e estamental. Muitas delas enfrentaram um cotidiano de luta pela sobrevivência e procuraram formas de se defender da exploração social, da opressão de gênero e subjugação racial do sistema escravista. Mas nada de apreendê-las pelas lentes esquemáticas do maniqueísmo, nem da vitimização. As mulheres negras protagonizaram histórias complexas, ambivalentes e multiface-

tadas. Sua capacidade de autodeterminação – de agenciar suas vidas, de procurar fazer valer suas vontades, de explorar em proveito próprio aspectos do sistema escravista – não pode ser subestimada. Elas se revelaram capazes de uma surpreendente resistência cotidiana, quando resistência significava invenção, engenhosidade e capacidade de negociar e criar, mesmo em condições adversas, mecanismos de autonomia, emancipação e projetos alternativos de vida em torno do qual a história se faz como imagem “que relampeja no momento do perigo” (BENJAMIN, 1994, p. 224).

À luz dos estudos existentes sobre escravizadas que passaram pela experiência de liberdade em um contexto de regime de cativoiro, Jacintha Clotildes teceu uma trajetória marcada pelo jogo da negociação frente ao *habitus* senhorial-escravista (BOURDIEU, 2005, p. 62). Se a sua história não foi de heroísmo e, em alguns aspectos, nem *sui generis*, na medida em que se equipara a de outras libertas, destacou-se pelo protagonismo de uma mulher negra que alcançou sua alforria, amou, teve filhos, educou-os, buscou progredir os degraus da escala social, com vistas a diminuir a marca que a condição de “forra” e “parda” impunha para ela mesma e para os seus descendentes.

Esta pesquisa pretendeu ir além da abordagem das relações de homens “brancos” com mulheres de “cor” como produtos de submissão, exploração sexual ou estratégia de sobrevivência, *tout court*. Essas narrativas de gênero/raça em termos de dominação/subordinação referem-se a contextos culturais que podem assumir significados variados em períodos diversos. Se, por um lado, a política de gênero predominante garantia a subserviência das mulheres, por outro, tal política, em alguns momentos, passou por um processo disruptivo. As mulheres de “cor” – mulatas, pardas, africanas, crioulas –, supostamente invisíveis nas relações de poder, “tornaram-se sinôni-

mos de beleza, desejo e prazer, com reais possibilidades de ascensão social para si e sua prole” (REIS, 2010, p. 223).

Portanto, esta pesquisa procurou tirar do limbo aspectos da história de uma mulher negra em Sergipe no intercurso do Império. Acreditamos, tal qual Mary Del Priore, que não interessa ao historiador reconstituir a história das mulheres em termos de “contar a saga de heroínas ou mártires, o que seria de um terrível anacronismo”. Sua função maior “deve ser a de enfocá-las através da submissão, da negociação, das tensões e das contradições que se estabeleceram, em diferentes épocas, entre elas e seu tempo; entre elas e a sociedade nas quais estavam inseridas”. Trata-se, assim, de “desvendar as intrincadas relações entre a mulher, a sociedade e o fato, mostrando como o ser social que ela é articula-se com o fato social que ela mesma fabrica e do qual faz parte integrante” (PRIORE, 2005, p. 235).

REFERÊNCIAS

- BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). **Enciclopédia Einaudi**. vol. 5 (Anthropos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. p. 296-335.
- BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de História”. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COSTA, Valéria Gomes. Mônica da Costa e Teresa de Jesus: africanas libérrimas, status e redes sociais no Recife oitocentista. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio (Org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 98-111.
- D’ACELINO, Severo. **Cântico de contar contos: reavistagem à ancestralidade afro sergipana**. Aracaju: J. Andrade, 2019.
- DEODATO, Alberto. O Voluntário Paisano Francisco Camerino (Ensaio Biográfico). **Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe** (Conferência). 1917.
- DIÁRIO DO IMPERADOR D. PEDRO II na sua visita a Sergipe em janeiro de 1860. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, v. XXI, n. 26, p. 64-78, 1961-1965.
- DORIA, Francisco Antônio. Carlos Barata... [et al.]. **Os herdeiros do poder**. Rio de Janeiro: Revan, 1994.
- FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras: riqueza e estigma social. **Tempo**, Niterói, v. 5, n. 9, p. 65-92, jul. 2000. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/sumarios_res.php?tp=dosfrc&cd_prtd=39&pg=2&cod=9&cod_d=. Acesso em: 10 dez. 2019.
- FARIA, Sheila de Castro. Sinhãs pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII e XIX). In: SILVA, Francisco Carlos; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João (Org.). **Escritos sobre história e educação: homenagem a Maria Yedda Linhares**. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001. p. 289-329.
- FARIAS, Juliana Barreto. **Mercados minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 2012, 290p.
- GUARANÁ, Armindo. Francisco Camerino de Azevedo. In: **Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925. p. 182-183.
- GINZBURG, Carlo. Sinais raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo, Cia. das Letras, 1989. p. 143-179.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não: História de mulheres da sociedade escravista brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GRINBERG, Keila. **Liberata: a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de**

Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

LOPES, Nei. **Dicionário escolar afro-brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Selo Negro, 2015.

MENDONÇA, P.G. **Sacrílegas famílias**: conjugalidades clericais no bispado do Maranhão no século XVIII. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007, 168p.

MOTT, Luiz. **A Inquisição em Sergipe**. Aracaju: Fundação Estadual de Cultura, Governo de Sergipe, 1989.

MOTT, Luiz. **Sergipe Del Rey**: população, economia e sociedade. Aracaju: Fundesc, 1986.

PEREIRA, Anderson. A escravaria da Vila de São Cristóvão/SE no Século XVIII: um perfil demográfico. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 2, p. 47-61, 2015. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/375245817/ARTIGO-A-Escravaria-Da-Vila-de-Sao-CristovaoSE-No-Seculo-XVIII-Um-Perfil-Demografico>. Acesso em: 10 dez. 2019.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRIORE, Del Priore. “História das mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6. ed. São Paulo: Con-

texto, 2005. p. 217-235.

REIS, Adriana Dantas. **As mulheres negras por cima**: o caso de Luzia jeje. Escravidão, família e mobilidade social – Bahia, 1780-1830. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, departamento de História, 2010, 262p.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. Relações de gênero no cotidiano de mulheres negras da Bahia oitocentista? In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012. p. 172-185.

SANTOS, Joceneide Cunha dos. **Negros (as) da Guiné e de Angola**: nações africanas em Sergipe (1720-1835). Tese (Doutorado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014, 319p.

SILVA, Sheyla Farias. **Nas teias da fortuna**: homens de negócio na Estância oitocentista (1820-1888). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005, 167p.

SOUTELO, Luiz Fernando Ribeiro. **Escrava Jacintha, a senhora da casa grande**. Museu da Gente Sergipana, Aracaju, 2017.

Recebido em: 15/01/2021

Revisado em: 20/10/2021

Aprovado em: 25/10/2021

Petrônio Domingues é doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP); professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Bolsista Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Coordenador do Grupo de Pesquisa Pós-Abolição no Mundo Atlântico. *E-mail*: pjdomingues@yahoo.com.br

Hiago Feitosa da Silva é mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). *E-mail*: hiagofeitosa08@hotmail.com